O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu — velhos problemas, velhas respostas? *

The difference between Salazar and the other dictators is less a matter of character than of situation and sheer opportunity. It's luck as much as anything else. If you'd taken Stalin or Hitler or Mussolini, plucked them up from where they were and given them Portugal instead, how much trouble could any of them have caused.

David Slavitt, *Salazar Blinks*, Nova Iorque, 1988, p. 39.

O presente artigo tem como objectivo analisar as interpretações do Estado Novo de Salazar produzidas ao longo da década de 80 pela investigação internacional sobre o fascismo europeu¹.

Antes de 1974, os escassos estudos sobre a experiência autoritária portuguesa foram publicados por estrangeiros ou por académicos exilados, com todas as limitações decorrentes do impossível acesso à maioria das fontes documentais². Quando, a partir dos finais dos anos 70, se iniciaram os contactos entre os estudiosos portugueses e a investigação internacional sobre o fascismo, o debate não foi fácil. A maioria dos trabalhos sobre o tema, independentemente das escolas teóricas em que se inseriam (inclusive a mar-

* Este artigo é parte de uma investigação em curso sobre as interpretações do Estado Novo de Salazar. Gostaria de agradecer ao Prof. Stuart Woolf o apoio que sempre me deu no Instituto Universitário Europeu, Florença, ao qual me encontro ligado como investigador, desde 1986. Agradecimentos extensíveis ao Prof. Philippe Schmitter, director do Centro de Estudos Europeus, no Departamento de Ciência Política da Universidade de Stanford, Palo Alto, pelas condições de trabalho que me ofereceu quando ali estive como Visiting Fellow, no ano lectivo de 1988-89.

Uma versão ligeiramente diferente do presente artigo foi apresentada na conferência «Portugal Since the Revolution», organizada pelo Iberian Study Group da Universidade da Califórnia, Berkeley, em 21-22 de Setembro de 1990.

¹ Sobre a evolução e condicionantes da investigação portuguesa cf. M. V. Cabral, «História e política nas ciências sociais portuguesas: 1880-1980», e Luís Salgado de Matos, «Generalidade e drama: pensamento político português, 1945-1980», in Bolívar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos Anos 80*, Brasília, 1982, pp. 251-280 e pp. 281-305; Manuel Braga da Cruz e Manuel de Lucena, «Introdução ao desenvolvimento da ciência política nas universidades portuguesas», in *Revista de Ciência Política*, Lisboa, 2.º semestre de 1985, n.º 2, pp. 5-41, e João B. Serra, «Os estudos sobre o século XX na historiografia portuguesa do pós-guerra», in *Penélope* (a sair).

² Sobre os primeiros estudos académicos sobre o Estado Novo ver António Costa Pinto, «O salazarismo e o fascismo europeu — os primeiros debates nas ciências sociais», in AA VV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, 1989, pp. 155-188. Ver também, sobre algumas das mais recentes obras portuguesas, a nossa recensão in *Annales ESC*, Maio-Junho de 1988, n.º 3, pp. 690-693.

xista), tendiam a excluir Salazar e o seu regime dos «fascismos». Percorriam-se as obras sobre o fascismo europeu e referências a Portugal não se viam ou apareciam demarcadas, na categoria dos regimes «autoritários». A ignorância empírica era certamente um dos factores, mas o principal era de natureza teórica e permaneceu³.

A partir dos anos 50, as teorias do totalitarismo fizeram escola nos sectores dominantes da ciência política norte-americana, influenciando muitos estudos sobre o fascismo⁴. O nacional-socialismo alemão, contraponto do modelo soviético, era o regime que mais se aproximava do «tipo ideal» totalitário, com a chefia carismática de Hitler, um partido único depositário da ideologia, ensaiando a conquista do Estado e o enquadramento da sociedade, auxiliado por um terrorismo institucionalizado. O fascismo italiano, segundo os pais ideológicos desta escola, não passava de um «totalitarismo imperfeito», e as restantes ditaduras dos anos 30 foram excluídas, de tal forma se afastavam deste «tipo ideal».

Quando a teoria do totalitarismo começou a ser testada pela investigação empírica, nos anos 60, e apareceram os primeiros trabalhos sobre o tema da autoria de historiadores, a primeira preocupação foi a de delimitar a utilização do termo, que corria nos anos 60 um risco de generalização abusiva, espalhando-se por todos os continentes para caracterizar as ditaduras de direita. Este duplo trabalho de demarcação conceptual e investigação histórica só muito periféricamente incluiu o Estado Novo e as razões não são difíceis de encontrar.

Associando origens ideológicas de Salazar e do seu regime quase exclusivamente com o conservadorismo tradicionalista e católico, emergente em finais do século XIX, sem qualquer dos elementos individualizadores que caracterizaram a novidade do fascismo em relação ao velho pensamento contra-revolucionário, a larga maioria do debate historiográfico ignorou o caso português.

A primeira obra colectiva sobre o fascismo que, por razões não apenas de conveniência editorial, mas sobretudo teóricas, inclui o regime de Salazar foi publicada em Inglaterra, em 1968, por Stuart Woolf⁵. O artigo sobre Portugal era da autoria de Hermínio Martins e a preocupação dos autores era a de encontrar os elementos comuns a todos os regimes ditatoriais de direita na Europa do período entre as duas guerras mundiais. Mas, mesmo quando se tratava de abordar os regimes, a renitência dos grandes especialistas do tema continuava.

O salazarismo, segundo a maioria dos autores, não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando as massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária. Era também duvidoso que a sociedade portuguesa do pós-guerra possuísse as características estruturais que presidiram à emergência do fascismo — industrialização

³ Para um debate destas primeiras obras ver Manuel de Lucena, «Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica — I», in *Análise Social*, vol. XX, n.º 83, 1984, pp. 423-451.

⁴ Não se pense, no entanto, que a teoria do totalitarismo se reduz a uma invenção norte-americana do período da «guerra fria», pois a sua elaboração é anterior aos anos 50. Cf. H. Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, Nova Iorque, 1951, e Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, Cambridge, 1956.

⁵ S. J. Woolf (ed.), *European Fascism*, Londres, 1968.

rápida, massificação da vida política, crise económica e mobilidade social descendente — e estiveram na base da sua capacidade de atracção junto de grupos sociais até aí eleitores tradicionais dos partidos democráticos e mesmo socialistas. Por outro lado, quer a Alemanha quer a Itália tinham um importante factor em comum: uma unificação política extremamente recente. Portugal, pelo contrário, era uma velha nação, sem problemas neste domínio, e o Estado Novo tendia a ser comparado com regimes como o de Dolfuss, na Áustria, ou com as ditaduras da Europa de Leste. O desenvolvimento da investigação sobre os regimes ditatoriais extra-europeus, a partir do início dos anos 60, conduziu à elaboração e consolidação de um tipo ideal de «regime autoritário», introduzido por Juan Linz, que faria escola na ciência política e influenciaria também os historiadores do fascismo, quando se entrava no problema das «classificações» e das «tipologias». Portugal, Espanha e os regimes atrás referidos tendiam pois a ser integrados nesta categoria⁶.

1. A «EXCLUSÃO» DO ESTADO NOVO

O conjunto mais significativo das interpretações do fascismo surgiu ao longo da década de 60, quando nasceu toda uma investigação, sobretudo da autoria de historiadores⁷. As referências ao caso português foram escasas e episódicas, o que não deixou de ser significativo do ponto de vista da sua inserção no debate interpretativo⁸.

As preocupações iniciais dos primeiros trabalhos sobre o fascismo foram as de «historicizar» — desculpe-se o pleonasma — o objecto, testando as teorias contemporâneas à luz da investigação empírica. Os modelos do totalitarismo de Arendt ou das «classes médias» de Seymour Lipset começaram a ser desafiados por uma nova investigação que começou a periodizar as diversas fases dos movimentos e regimes. Ensaíram-se também as primeiras hipóteses de definição, nomeadamente a de Ernst Nolte. Entre as obras emblemáticas deste período salientaram-se as de Eugen Weber sobre a *Action Française* e o seu primeiro ensaio genérico, a trilogia do autor atrás citado e o volume colectivo coordenado por George L. Mosse em 1966⁹. Em Itália

⁶ Cf. Juan Linz, «An Authoritarian Regime: Spain», in Erik Allardt e Yrjö Littunen (eds.), *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, Helsinquia, 1964. Este artigo seria mais tarde reeditado em várias obras colectivas. Utilizei a versão publicada em Erik Allardt e Stein Rokkan (eds.), *Mass Politics. Studies in Political Sociology*, Nova Iorque, 1970, pp. 251-283. O mesmo autor desenvolveu posteriormente a sua tipologia in «Totalitarian and Authoritarian Regimes», in F. Greenstein e N. Polsby (eds.), *Handbook of Political Science*, Reading, Mas., 1975, vol. 3, pp. 175-411.

⁷ Ver, como introdução genérica, Renzo De Felice, *Le Interpretazione del Fascismo*, Bari, 1969, e *Il Fascismo. Les interpretazioni dei contemporanei e degli storici*, Bari, 1970. Mais actualizada e analítica é a obra de Stanley G. Payne *Fascism. Comparison and Definition*, Madison, 1980. Sobre o nacional-socialismo ver Pierre Ayçoberry, *La Question Nazi. Les interpretations du National Socialisme, 1922-1975*, Paris, 1979, e Irwin Kershaw, *The Nazi Dictatorship. Problems of Interpretation*, Londres, 1985.

⁸ Para uma recensão destas e suas referências ao salazarismo ver a primeira parte do nosso artigo, citado na nota 2.

⁹ Cf. Eugen Weber, *Varieties of Fascism*, Nova Iorque, 1964; Ernst Nolte, *Three Faces of Fascism*, Nova Iorque, 1964, e o número especial *International Fascism* do *Journal of Contemporary History*, coordenado por George L. Mosse e Walter Laqueur, em 1966.

publicava-se o 1.º volume da monumental biografia de Mussolini escrita por Renzo De Felice, destinada a provocar uma importante polémica¹⁰. Alguns anos antes, Stanley Payne publicava a primeira monografia sobre a Falange Espanhola¹¹.

Mais do que Eugen Weber ou Mosse, preocupados com os aspectos revolucionários dos movimentos fascistas, Nolte considerou a *Action Française* a versão francesa do fenómeno e estaria mais próximo da inclusão do caso português na família; no entanto, quando se tratou de definir os regimes, este autor assumiu um critério bastante restritivo: «Se a simples supressão dos partidos e da liberdade de imprensa fosse considerada um suficiente critério de fascismo [...]», diz ele, todos os regimes ditatoriais do período de entre as duas guerras seriam incluídos, mas falta-lhes uma característica muito mais distintiva: «o apoio popular e o potencial partido único.» «Originalmente, este também faltava a Portugal de Salazar, e permaneceu até hoje uma estrutura artificial. Porque, no fundo, o Estado Novo é simplesmente uma ditadura militar que teve a sorte de encontrar um brilhante civil que simultaneamente a controlou e transformou. Quer o partido estatal, quer o corporativismo, foram e ainda são meramente os meios deste controlo e transformação; não têm origem independente nem vontade própria.»¹² A ausência de dinâmica fascista e de partido no processo de derrube do regime liberal excluía este regime. Esta semi-realidade semi-intuição será repetida sistematicamente em quase todos os manuais internacionais de história como fundamento da exclusão.

Nolte era — por estranho que pareça, dada a sua posição na *Historikertreit* do final dos anos 80 — o historiador mais susceptível de incluir o regime português, pois todos os outros tendiam a salientar justamente o que aqui ou não existiu ou teve um peso político e social reduzido¹³. Mas a sua primeira definição genérica de um *fascist minimum* dificilmente o poderia integrar: «antimarxismo, anticonservadorismo, a chefia carismática, um partido armado e o objectivo totalitário», o que o levou, poucos anos mais tarde, a considerar que «Portugal não devia [...] ser considerado um Estado fascista»¹⁴. De Felice ou Karl Dietrich Bracher tendiam nessa época a recusar a utilidade de um conceito geral e, particularmente o primeiro, refugiavam-se na teoria das «singularidades».

Eugen Weber, no seu *Varieties of Fascism*, iniciou um filão interpretativo que provocou uma produção empírica quase imparável até aos nossos dias, sobretudo de autoria norte-americana, mas com bastantes epígonos europeus. Mais interessado nos movimentos fascistas e nas suas origens ideológicas, este desafia as tradicionais origens conservadoras e reaccionárias, acentuando o carácter compósito da sua ideologia e as contribuições vindas do «sindicalismo» e da esquerda. Weber pôs em causa o modelo «contra-revolucionário» e, democratizando o conceito de revolução, alargou-o ao fascismo: «Sob a superfície, todo o tipo de fermentos trabalhavam, quer à esquerda quer à direita.»¹⁵ George L. Mosse, aliás, repetiu-o com clareza

¹⁰ Renzo De Felice, *Mussolini. Il rivoluzionario, 1883-1920*, Turim, 1965.

¹¹ Cf. Stanley G. Payne, *The Falange: A history of Spanish fascism*, Stanford, 1961.

¹² Cf. Ernst Nolte, *op. cit.*, pp 3-21.

¹³ Cf. os artigos de Nolte in AA VV, *Historikertreit*, Munique, 1987.

¹⁴ Ernst Nolte, *Les Mouvements Fascistes. L'Europe de 1919 à 1945*, Paris, 1969, p. 339.

¹⁵ Cf. Eugen Weber, *op. cit.*, p. 24.

na sua introdução ao *International Fascism*: «No nosso século, dois movimentos revolucionários marcaram a Europa: aquele resultante do marxismo e a revolução fascista.»¹⁶

Na sua introdução a *The European Right*, publicado em 1965, Eugen Weber, embora pondo em causa a rigidez da tipologia dos movimentos extremistas de Seymour Lipset, não contesta o lugar do regime de Salazar. Lipset definiu o fascismo como um radicalismo do centro, tendo como base social as classes médias, e inclui o salazarismo no campo do radicalismo de direita, juntamente com regimes como o de Dolfuss ou o movimento maurasiano, que procuram mudar as instituições políticas para preservar ou restaurar instituições culturais ou económicas, enquanto o extremismo do centro ou de esquerda procura usar meios políticos para uma revolução social e cultural¹⁷. Lembrando-lhe que o salazarismo nunca foi um movimento, Eugen Weber reconhece, no entanto, que este apenas «se devotou ao que se poderia chamar o partido da Resistência»¹⁸.

Sucederam-se obras sobre os mais diversos aspectos da ideologia e das origens culturais do fascismo e sobre a sua relativa atracção junto das *élites* intelectuais. George L. Mosse desenvolveu toda uma investigação sobre o nacionalismo, o racismo e ainda sobre a coreografia política dos movimentos, introduzindo o problema da «nacionalização das massas»¹⁹. Os temas centrais da história cultural foram, no fundamental, introduzidos por estes autores e grande parte da investigação mais recente, de A. James Gregor a Emilio Gentile e Zeev Sternhell, veio nesta esteira²⁰.

Ainda que as perspectivas metodológicas e teóricas, sobretudo no campo das origens ideológicas, se pudessem aplicar ao caso português, não há dúvida de que o campo aberto por estes autores o tornava não só desinteressante porque periférico e repetitivo, como sobretudo exotérico, pois a componente tradicionalista e católica era predominante. Não havia aqui nenhum problema de especial a resolver.

Quanto aos movimentos, inicia-se um inquérito, bem mais fundamentado empiricamente, às suas bases sociais e às suas estratégias políticas. Algumas obras chamaram a atenção para a diversidade do fenómeno e para as grandes diferenças entre as sociedades em que estes emergem com algum sucesso, caso da maior parte dos que nasceram na Europa de Leste, como a Guarda de Ferro²¹.

¹⁶ Cf. George L. Mosse, «Toward a General Theory of Fascism», in George L. Mosse (ed.), *International Fascism. New Thoughts and New Approaches*, Londres, 1979, p. 1.

¹⁷ Cf. Seymour M. Lipset, *Political Man: the social bases of politics*, Nova Iorque, 1959.

¹⁸ Cf. Eugen Weber, «Introduction», in Hans Rogger e Eugen Weber (eds.), *The European Right. A historical profile*, Berkeley, 1965, p. 14.

¹⁹ Cf. George L. Mosse, *The Crises of German Ideology: Intellectual origins of the Third Reich*, Nova Iorque, 1964; *Masses and Man. Nationalist and fascist perceptions of reality*, Nova Iorque, 1980; *The Nationalization of the Masses*, Nova Iorque, 1975; *Sexuality and Nationalism*, Nova Iorque, 1985).

²⁰ Cf. em particular A. James Gregor, *The Fascist Persuasion in Radical Politics*, Princeton, 1974; Emilio Gentile, *Le Origini dell'Ideologia Fascista*, Bari, 1975, e Zeev Sternhell, *La Droite Radicale. Les origines françaises du fascisme, 1885-1914*, Paris, 1978.

²¹ Cf. Eugen Weber, «The man of archangel», in *Journal of Contemporary History* de 1 de Abril de 1966, pp. 101-126, e ainda as primeiras abordagens comparativas especificamente sobre a Europa de Leste, como Peter Sugar (ed.), *Native Fascism in the Successor States, 1918-1945*, Santa Bárbara, 1971.

A ignorância do caso português não representava apenas uma mera questão de «poder» na investigação, de desprezo pelo pequeno, pois a indústria académica ia inventariando tudo, mesmo o mais insignificante. F. L. Carsten, numa das primeiras obras gerais, introduziu desde logo a razão: «As ditaduras de Portugal [...] e de certos países da Europa de Leste não se estabeleceram através do desenvolvimento e triunfo final de partidos fascistas; estas representam um tipo de ditaduras muito mais antiquadas e conservadoras, semelhantes às que existiram na Península Ibérica — e em outros lados — nas décadas precedentes. Apesar de estas ditaduras terem sido influenciadas pelo aparecimento do fascismo em Itália e na Alemanha e terem possuído traços ‘fascistas’, a sua história foi omitida aqui porque ela difere em pontos vitais da dos movimentos fascistas nos outros países europeus.»²²

O Estado Novo emerge também como exemplo da variante autoritária em quase todas as obras que fundamentaram a moderna ciência política²³. Ainda que o caso português não seja objecto particular de investigação até aos anos 70, multiplicaram-se as referências a ele, quer se trate de tipologias de sistemas partidários ou dos modelos de intervenção militar, quer dos processos de crise e queda dos regimes liberais democráticos²⁴. Muitas destas referências, descontando as que se baseiam numa análise superficial, pecam por aquilo que, à falta de melhor termo, se poderá chamar «insensibilidade ao factor cronológico», particularmente importante neste caso, dada a longevidade do regime.

O problema do papel do partido único constitui um exemplo. Em *Authoritarian Politics in Modern Society*, Clement H. Moore reconhece que «o modelo fascista influenciou o processo de legitimação da ditadura, mas o partido era ainda menos autónomo que a Falange. Salazar continuou a confiar em primeiro lugar nos grupos conservadores que o levaram ao poder»²⁵, o que, sendo verdade, pode conduzir à subestimação do papel da UN na institucionalização do regime, a partir da ditadura militar. O mesmo se poderia comentar a Giovanni Sartori, quando, em *Parties and Party Systems*, definindo a sua tipologia tripartida dos regimes de partido único — totalitário, autoritário e pragmático —, coloca «Portugal até 74» no terceiro caso²⁶.

No campo da história política, para aqueles que não negaram a validade ou o interesse duma abordagem comparativa dos regimes, esta dicotomia (totalitarismo/autoritarismo) perdurou. A partir dos finais dos anos 60 multiplicaram-se as críticas, algumas pura e simplesmente excluindo a dicotomia (sobretudo o totalitarismo), outras, eventualmente a maioria, «historicizando» e faseando a aplicação destes conceitos no estudo dos regimes alemão e italiano²⁷. Mas, de um modo geral, esta foi aceite pela investigação

²² Cf. F. L. Carstein, *The Rise of Fascism*, Berkeley, 1967, pp. 7-8.

²³ Ver, por exemplo, Gabriel A. Almond e G. B. Powell, *Comparative Politics. A Developmental Approach*, Boston, 1966.

²⁴ Cf. a obra ainda não ultrapassada de Juan J. Linz e Alfred Stepan (eds.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, 1978.

²⁵ Clement H. Moore, «The Single Party as Source of Legitimacy», in Samuel P. Huntington e Clement H. Moore (eds.), *Authoritarian Politics in Modern Society*, Nova Iorque, 1970, p. 52.

²⁶ Cf. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems — A framework for analysis*, Cambridge, 1976, p. 224.

²⁷ Cf., como síntese de algumas destas críticas no final dos anos 70, Ernst A. Menze (ed.), *Totalitarianism Reconsidered*, Port Washington, 1981. Particularmente interessantes as de K.

não marxista (e mesmo por alguma deste campo), atravessando todo o esforço de comparação²⁸. O fascismo italiano representava, à luz desta dicotomia, um caso delicado, visto o relativo insucesso da componente totalitária do regime, como reconhece Stanley G. Payne, mas o debate continua e Giuseppe Di Palma, referindo-se à sua queda, falou de um duplo legado²⁹.

Quanto à historiografia política francesa, bastante mais autocentrada, o panorama apresentou-se bastante semelhante. A escola de René Rémond baseou-se num conceito bastante restrito de fascismo e a tipologia dos movimentos políticos de direita deste autor afastava o caso português³⁰. Para Rémond, «o fascismo é um fenómeno bem diferente das direitas clássicas» e serve-se justamente do regime português para ilustrar a diferença. Num retrato excessivo, mas não alterado, mesmo quando reviu a sua obra clássica dos anos 50, continuou para ele a ser «evidente» que o Portugal de Salazar não pertence à categoria: «O Estado Novo do ditador português, pelo seu carácter estreitamente clerical, pela sua política tipicamente reaccionária, estava mais próximo da Áustria de Metternich e dos principados reaccionários do século XIX do que da Itália mussoliniana.»³¹

2. A INVESTIGAÇÃO EUROPEIA DOS ANOS 80

Se nos anos 60 e 70 assistimos à produção de modelos interpretativos globais sobre o fascismo, a década seguinte foi, deste ponto de vista, bastante pobre, compensada sem dúvida por um avanço significativo da investigação.

Reflectindo a própria evolução das diversas disciplinas envolvidas, tendeu-se para uma grande diversidade metodológica e para um inquérito empírico bem menos preocupado em testar modelos globais. Por outro lado, com a natural excepção da Península Ibérica, dada a sobrevivência dos respectivos regimes até aos anos 70, enquanto objecto de investigação, o fascismo foi sendo progressivamente abandonado pela sociologia e ciência políticas e «deixado» para a história, aqui duplamente entendida como disciplina e como o que já não existe.

Rarearam os trabalhos gerais e comparados e explodiram as investigações parcelares. A palavra «explosão» pode ser utilizada sem riscos de exagero, já que surgiram centenas de investigações, sobretudo de carácter monográfico, sobre os mais diversos aspectos do fascismo, utilizando todas as perspectivas de análise, da história das ideologias à social, política, económica, oral, biográfica, etc.

D. Bracher e de Hans Mommsen («The concept of totalitarianism dictatorship versus the comparative theory of fascism»). Este último rejeita a sua utilização.

²⁸ Ver Karl Dietrich Bracher, *Controversias de Historia Contemporanea sobre Fascismo, Totalitarismo y Democracia*, Barcelona, 1983, e o mais recente Karl Dietrich Bracher e Leo Valani (orgs.), *Fascismo e Nacional Socialismo*, Bolonha, 1986), como exemplo de persistência na utilização do conceito de totalitarismo pela historiografia mais recente.

²⁹ Cf. Giuseppe Di Palma, «Italy: Is There a Legacy and is It Fascist?», in John H. Herz (ed.), *From Dictatorship to Democracy. Coping with the Legacy of Authoritarianism and Totalitarianism*, Westport, 1982, pp. 107-134.

³⁰ Cf. René Rémond, *La droite en France*, Paris, 1954.

³¹ Id., *Les Droites en France*, 4.ª ed., Paris, 1982, p. 202.

Como referiu Geoff Eley, o acumular da investigação mais recente «parece comprometer o potencial explicativo das velhas teorizações»³². Entre elas, este historiador citava as do totalitarismo, a fórmula de Dimitrov, a da personalidade autoritária, a da sociedade de massas e a dos grupos monopolistas.

Ainda que se possa concordar com a estimulante direcção analítica de Eley, não nos parece correcto invalidar a totalidade, até porque as suas virtualidades explicativas se referiam a aspectos muito diversos e parcelares, nunca se erigindo em teoria geral. As teorias do totalitarismo, por exemplo, referiam-se mais ao funcionamento/organização do poder e aos modos de enquadramento da sociedade, e não aos factores explicativos da queda dos regimes liberais e da tomada do poder pelo fascismo.

De qualquer modo, importa por agora salientar que estes modelos interpretativos continuaram a ser as principais referências teóricas da investigação dos anos 80, ora para as contestar ora para as confirmar, não emergindo nenhuma outra teoria global deste inegável avanço empírico. O resultado mais frutuoso foi talvez a possibilidade de uma classificação mais rigorosa dos movimentos e regimes numa perspectiva comparada, bem visível nas diversas propostas «descritivo-tipológicas» entretanto surgidas³³.

Quanto aos aspectos da definição de fascismo referidos por Eley como os mais complexos, caso dos referentes às classes, economia, mudança política e condições de emergência, eles perderam-se, em grande parte, nas singularidades nacionais³⁴.

Saliente-se ainda que muito raramente esta investigação possuiu uma dimensão comparativa, utilizando sobretudo o quadro nacional. Apesar de escassas, vale a pena examinar, ainda que de forma bastante sintética, as considerações que foram feitas sobre Portugal, particularmente pelas historiografias nacionais cujos regimes eram mais susceptíveis de referir o Estado Novo como termo de comparação³⁵.

2.1 O ESTADO NOVO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O FASCISMO ITALIANO

Não vale a pena sequer ensaiar um balanço historiográfico sobre o fascismo italiano, de tal forma extensa tem sido a produção sobre este tema central da sua história recente³⁶.

³² Geoff Eley, «What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crises of the Capitalist State?», in Michael N. Dobkowski e Isidor Wallimann (eds.), *op. cit.*, pp. 69-70.

³³ Nomeadamente a de Stanley Payne, *op. cit.*

³⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 70.

³⁵ Ainda que a investigação se tenha internacionalizado bastante, a sistematização por países e/ou áreas justifica-se pelo facto de, na sua grande maioria, esta ter sido produzida por historiadores. Sendo a história a disciplina das ciências sociais mais dominada pelo «facto nacional» que ainda modela de forma determinante a maior parte da investigação e da própria construção do objecto, esta pareceu-nos a forma mais correcta de organizar este breve inventário. Dada a vastidão das obras nacionais e a complexidade dos percursos das historiografias respectivas, adoptamos como critério: dar uma brevíssima introdução à situação da investigação sobre o tema nos casos sobre os quais temos informação actualizada, das clivagens interpretativas sobre o caso nacional e das referências por comparação a Portugal. Excluímos deste balanço a historiografia alemã.

³⁶ Como introdução à produção dos últimos vinte anos (apenas referindo as mais importantes e genéricas) ver Emilio Gentile, «Fascism in Italian Historiography: In Search of an Individual Historical Identity», in *Journal of Contemporary History*, vol. 21, 1986, pp. 179-208.

Pouco consensual por definição, a historiografia italiana conheceu algumas fracturas polémicas que ficaram célebres. Ressalvadas as distâncias, teve já a sua *Historikerstreit*, provocada pela célebre entrevista sobre o fascismo de De Felice em 1975³⁷. A polémica centrou-se em torno das afirmações deste historiador sobre as duas dimensões do fascismo italiano — movimento e regime — e sobre o carácter revolucionário do fascismo-movimento. Saliente-se ainda, para o que aqui mais interessa, que o debate se tem centrado na especificidade do fenómeno italiano e que, quando chamada, a comparação apenas tem sido com o nazismo alemão³⁸.

Pouco cultivada da parte italiana, a análise comparada dos regimes português e italiano raramente se colocou como objecto e as referências ao Estado Novo foram escassas, dada a centralidade do debate apontada anteriormente. Durante os anos 70 foram produzidas algumas sínteses sobre Portugal, em geral à margem da historiografia italiana sobre o fascismo³⁹. A transição para a democracia e as suas particularidades provocaram então algum interesse na área marxista. No entanto, já nos anos 80, alguns contributos foram produzidos, nomeadamente os de Enzo Collotti e alguns outros, que se situaram no campo da defesa de um «fascismo genérico»⁴⁰.

Reflectindo justamente esta perspectiva, sublinharam-se as vias diversas para a fascização, ao mesmo tempo que se destacou o paralelismo da «resposta precisa e funcional de um determinado bloco da burguesia perante a crise do estado liberal e a poderosa avançada das classes populares»⁴¹. Enzo Santarelli, o autor da referência atrás assinalada considerou assim o salazarismo como a «ala extrema-direita, não radical, mas tradicionalista, do fascismo europeu»⁴².

Enzo Collotti admitiu desde logo que «A experiência do Portugal de Salazar é talvez aquela que criou aos estudiosos maiores dificuldades de enquadramento no interior da fenomenologia do fascismo»⁴³, acrescentando que estas dificuldades «de uma definição únivoca do regime português nascem da complexidade das suas componentes ideológicas e institucionais e, não menos importante, das suas próprias características sociais»⁴⁴.

Collotti conhece bem as posições de outras historiografias sobre o regime de Salazar e demarcou-se dos que lhe negam o carácter fascista baseados no recorte formal das suas instituições políticas, muito embora reconhecendo

³⁷ Renzo De Felice, *Intrevista sul fascismo*, M. A. Ledeen (org.), Bari, 1975. Para um balanço crítico da sua monumental biografia de Mussolini ver os comentários de diversos historiadores em *Passato e Presente*, n.º 1, Janeiro-Junho de 1982, pp. 5-30.

³⁸ Ainda em 1988, no rescaldo da polémica alemã, algumas entrevistas de De Felice sobre o «antifascismo» na democracia italiana provocaram alguma polémica. Uma síntese dela, constituindo o mais recente ponto da situação da historiografia sobre o tema, é a pequena obra colectiva *Il fascismo e gli storici oggi*, Jader Jaccobelli (org.), Bari, 1988.

³⁹ Cf. A. Albonico, *Breve Storia del Portogallo Contemporaneo*, Nápoles, 1977, e P. Giannotti e S. Pivato, *Il Portogallo dalla Prima alla Seconda Repubblica (1910-1975)*, Urbino, 1978.

⁴⁰ Ainda que sempre demarcando as peculiaridades do caso português. Ver, por exemplo, a recente síntese pedagógica de Gustavo Corni, *Fascismo e Fascismi. Movimenti, Partiti e Regimi in Europa e nel mondo*, Roma, 1989, pp. 93-98.

⁴¹ Cf. Nuccio Cocco, «Salazarismo», in Nicola Tranfaglia et alii (orgs.), *Storia D'Europa*, vol. 3, Florença, 1980, p. 1039.

⁴² Enzo Santarelli, «Il caso porthogese: radici e premesse di una rivoluzione», in *Critica Marxista*, n.º 4, Julho-Agosto de 1975, p. 46.

⁴³ Enzo Collotti, *Fascismo, Fascismi*, Florença, 1989, p. 117.

⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 118.

que «os elementos mais especificamente fascistas da direita portuguesa não conseguiram conferir a sua fisionomia à constituição material do novo Estado»⁴⁵.

Sintetizando, para este autor, «diferentemente do regime fascista italiano, mas em analogia com a experiência austríaca, faltou na constituição do regime em Portugal um processo real de mobilização de massas, em particular faltou um pseudo-revolucionarismo: o regime foi voluntariamente conservador, teve uma base bastante restrita de recrutamento da sua *élite* dirigente, distinguindo-se pela acentuação do elemento tecnocrático de formação universitária; deste ponto de vista procurou criar uma oligarquia dirigente, visou o consenso entre as classes médias, sem a mínima ambição de produzir no País nenhuma transformação social»⁴⁶.

Onde estão então os aspectos que fazem este autor considerar que Portugal não foi um fenómeno marginal, antes representando «as características epigonais do fascismo»? Detectou vários: a eliminação «totalitária» dos adversários políticos; o corporativismo, que foi um instrumento de eliminação da autonomia do movimento operário; o estatismo «moralizador» dos espíritos e da economia. Por outro lado, traço importante foi o facto de, quando falhou a «estabilização conservadora», o regime ter desviado toda a virulência da repressão interna numa longa guerra, que acabou por fracturar a própria unidade das Forças Armadas⁴⁷.

Posição diversa foi defendida por Renzo De Felice. Ainda que este nunca tenha estudado o caso português em particular, não se lhe ofereciam dúvidas que regimes como o de Salazar «não devem ser enumerados como fascistas, mas considerados clássicos regimes conservadores e autoritários», mais uma vez tomando como critério principal o da sua relação diversa com as massas⁴⁸.

2.2 O ESTADO NOVO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O FRANQUISMO

Por razões óbvias, a investigação recente sobre o franquismo não se afastou muito, em termos de percurso, da portuguesa. Apesar de a historiografia sobre a época contemporânea se ter desenvolvido mais cedo, boa parte deste surto deveu-se à contribuição de sociólogos e politólogos. Acresce ainda o complemento da investigação internacional, que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento dos primeiros estudos científicos⁴⁹.

Os trabalhos seminais de Juan Linz, que se baseou no franquismo para construir o seu «ideal-tipo autoritário», marcaram grande parte do esforço inicial e foram mais tarde aplicados em muitos estudos parcelares. As críticas ao modelo de Linz não diferiram muito das que lhe foram apontadas a propósito de outros casos⁵⁰. As mais interessantes foram, no entanto, aque-

⁴⁵ Enzo Collotti, *Fascismo, Fascismi*, cit., p. 119.

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 121.

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 122.

⁴⁸ Renzo De Felice, «Il Fenomeno Fascista», in *Storia contemporanea*, ano x, n.ºs 4-5, Outubro de 1979, p. 624.

⁴⁹ Para um balanço desta produção ver Stanley G. Payne, «O fascismo espanhol revisado», in *Ler História*, n.º 8, 1986, pp. 115-120.

⁵⁰ Ver a crítica de Juan Martinez Alier, «Notas sobre el Franquismo», in *Papers: Revista de Sociologia*, n.º 8, 1978, pp. 27-51.

las que ensaiaram modelos alternativos de caracterização, incluindo o Estado Novo, caso das propostas por Salvador Giner.

Para este sociólogo, o franquismo, como outros regimes da Europa do Sul, nomeadamente Portugal, podem ser definidos como uma variante do despotismo moderno, que designa como «despotismo reaccionário». O «tipo ideal» de Giner, diverso mais na aparência que na essência do de Linz, acrescentou-lhe um elemento importante: uma caracterização de classe⁵¹. A «coalizão reaccionária» que está na base destes regimes difere da do modelo das «classes médias», dada a intervenção da oligarquia agrária, industrial e financeira. Este carácter de «coalizão», que atravessa a edificação dos novos regimes, tem como consequência, no campo da organização do sistema político, o seu afastamento dos regimes totalitários, dada a sua natureza sincrética. Por outro lado, Giner ensaiou a integração destes regimes na «longa duração» da periferia sul da Europa⁵².

Um segundo problema, com óbvio paralelismo com o regime português, é o que diz respeito à periodização. Manuel Ramirez veio negar que se possa utilizar uma conceptualização única para um regime com a duração do de Franco. Este propôs três conceptualizações diversas para as três etapas da ditadura. Quanto à primeira, a que mais nos interessa, definiu-a como totalitária, considerando-a uma forma de fascismo⁵³.

Quase todos os trabalhos empíricos se referem aos casos centrais do paradigma fascista, a Alemanha e, fundamentalmente, a Itália. Apenas Javier Tusell abordou recentemente, num trabalho de natureza comparativa, o Estado Novo, onde toda esta bibliografia foi debatida. Abreviando, para ele o regime português está numa ponta do espectro e o franquismo no meio, «entre o pólo máximo do totalitarismo representado pelo regime de Mussolini e o mínimo de Salazar⁵⁴. Sensível à periodização, para Tusell, os regimes são bastante idênticos após 1945, quando o regime espanhol se aproxima do corporativismo católico e secundariza a componente falangista, pois, até ao fim da guerra, enquanto o franquismo se aproximou do fascismo, o salazarismo sempre se manteve perto do tipo ideal autoritário. Para ele, as diferenças de periodização fizeram-se sentir muito mais em Espanha do que em Portugal, mas, na sua longa duração, eles são parte integrante da mesma família política, das «ditaduras conservadoras não totalitárias»⁵⁵.

2.3 A HISTORIOGRAFIA FRANCESA, VICHY E SALAZAR

O tema da direita radical e do fascismo francês, que imbrica no regime de Vichy, tem sido alvo de uma investigação intensa e, por vezes, bastante

⁵¹ Cf. o modelo e a sua aplicação ao franquismo em Salvador Giner, Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Pérez Yruela, «Despotismo Moderno y Dominación de Clase. Para una sociología del régimen franquista», in *Papers: Revista de Sociología*, n.º 8, 1978, pp. 103-141.

⁵² Ver Salvador Giner, «Political Economy, Legitimation, and the State in Southern Europe», in Philippe C. Schmitter et alii (ed.), *Transitions From Authoritarian Rule. Southern Europe*, Baltimore e Londres, 1986, p. 24.

⁵³ Ramirez definiu três fases no franquismo: totalitária (1939-45); empírico-conservadora (1945-60); tecno-pragmática (1960-75). Ver Manuel Ramirez, *España 1939-1975. Régimen Político e Ideología*, Barcelona, 1978, p. 23-35.

⁵⁴ Javier Tusell, *op. cit.*, p. 270. Cf. ainda, do mesmo autor, «El Franquismo como Ditadura», in Hipólito de la Torre (coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*, Mérida, 1989, pp. 47-48.

⁵⁵ Id., *ibid.*, pp 272-304.

polémica, parte dela de origem estrangeira, sobretudo norte-americana e israelita, permitindo o confronto de tradições historiográficas diversas⁵⁶. Qualquer debate sobre este tema terá de, mais do que no caso italiano, considerar esta produção internacional, que não se reduziu a sínteses interpretativas, antes contribuindo com uma investigação empírica não desprezável, alguma da qual balizou marcos importantes até aos anos 80⁵⁷. Um destes foi, sem dúvida, a fundamentação de que o fascismo não era em França um mero fenómeno de importação, como tendiam a considerar boa parte dos estudos franceses.

De um modo geral, a historiografia francesa, desde Rémond, nos anos 50, até à mais recente, utilizou, como vimos, um conceito de fascismo bastante restrito, compreensível pelo facto de o grosso da investigação se ter concentrado em movimentos políticos e ideológicos que, desde a viragem do século, coexistiram em França, ou ainda nos «intelectuais fascistas», designação preferível à de «fascismo intelectual». Acresce ainda que alguns percursos individuais, da esquerda e do socialismo para o fascismo mais radical, por parte dos conhecidos actores políticos, movimento mais raro em outros países, provocaram uma necessidade de maior clareza conceptual na abordagem do tema⁵⁸.

Mais do que em qualquer outro país, recorreu-se a tipologias de movimentos políticos autoritários (ora bipartidas, ora tripartidas), procurando isolar o fascismo dos movimentos de direita radical, na mesma linha de algumas correntes anglo-saxónicas. Curiosamente, as posições mais favoráveis a uma indiferenciação vieram não da historiografia francesa, mas de fora, desde Nolte, nos anos 60, até Robert Soucy e outros, nos anos 80⁵⁹.

A maioria dos estudiosos de Vichy consideraram-no um regime autoritário demarcado do fascismo. Nesta caracterização quase todos convergem, mesmo a historiografia internacional, desde Robert O. Paxton até à mais recente. Não é de estranhar pois que, mesmo por razões de coerência teórica, a comparação com Portugal tenha sido referida (mais referida aliás do que praticada) e que seja neste quadro que Portugal tenha sido abundantemente citado.

O rol de referências sobre a natureza do Estado Novo poderia ser elaborado a partir dos anos 50, mas, para o efeito, basta mencionar a mais recente obra de Pierre Milza. Este historiador não só salienta «as diferenças fundamentais com o fascismo», como dá a esta demarcação uma base económica e social correspondente ao afirmar que «a ditadura de Salazar visa em princípio manter e reforçar o poder dos grandes proprietários (agrícolas), em detrimento do capital industrial e financeiro», o que só confirma o «carác-

⁵⁶ Apesar de algumas obras anteriores aos anos 80 terem provocado uma certa polémica por parte da historiografia francesa, a mais importante foi provocada pelas de Zeev Sternhell (ver António Costa Pinto, «A ideologia do fascismo revisitado: Zeev Sternhell e os seus críticos», in *Ler História*, n.º 6, 1985, pp. 109-120

⁵⁷ Caso, por exemplo, de Eugen Weber, *Action Française*, Nova Iorque, 1961, ou Robert O. Paxton, *Vichy France. Old Guard and New Order*, Nova Iorque, 1972. Para um balanço desta produção ver John F. Sweets, «Hold that Pendulum! Redefining Fascism, Collaboration and Resistance in France», in *French Historical Studies*, vol. xv, n.º 4, 1988, pp. 731-758.

⁵⁸ Ver sobre este tema uma das mais recentes investigações: Philippe Burrin, *La Dérive Fasciste: Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945*, Paris, 1986, com uma perspectiva diversa de Zeev Sternhell, *Ni Droite ni Gauche. L'idéologie fasciste en France*, Paris, 1983.

⁵⁹ Cf. Robert Soucy, *French Fascism. The First Wave*, New Haven e Londres, 1986.

ter francamente reaccionário do regime, que procura mais refrear o desenvolvimento económico que estimulá-lo e que assume como objectivo primordial a restauração dos valores tradicionais da sociedade portuguesa»⁶⁰.

Convém, no entanto, sublinhar um aspecto essencial a qualquer abordagem comparativa: Vichy, apesar da autonomia com que foi estabelecido como regime político, foi um «regime de ocupação» e, quer como projecto ideológico, quer como projecto político, com uma base social determinada, não chegou ao poder autonomamente. Como projecto, ele não teria oportunidade de se afirmar na sociedade francesa, ou pelo menos nunca o conseguiu até à invasão alemã. Em Portugal, pelo contrário, ele implantou-se de forma duradoura, sem pressão externa significativa.

Esta condicionante faz que qualquer esforço de comparação aponte muito mais para o campo ideológico e para o «tipo ideal» de sistema político que dominou Vichy do que para as condições históricas que determinaram a queda do liberalismo e a edificação dos respectivos regimes nos dois países⁶¹.

À identidade sentida por muitos colaboracionistas de Vichy não foi estranha a profunda influência do principal movimento da direita radical francesa em Portugal. A *Action Française*, de Maurras, foi a principal fonte de inspiração do seu congénere português e o integralismo lusitano foi, por sua vez, o mais determinante movimento ideológico antidemocrático nessa época. Apesar de vir das fileiras do movimento social católico, o próprio ditador português nunca escondeu a influência maurrasiana e prestou-lhe mesmo a sua solidariedade no clima adverso do pós-guerra, num movimento raro, para não dizer inédito, em Salazar. Por outro lado, o exemplo do Estado Novo foi correntemente referido pela direita radical francesa nos anos 30. Já René Remond se referia a este exemplo para demarcar este regime de Salazar do fascismo, afirmando: «De resto, basta ver em que meios em França ele suscitava as simpatias mais vivas, nos círculos da extrema-direita maurrasiana e integrista.»⁶²

Reproduzindo uma opinião comum, Pierre Milza afirmou sobre Vichy que «é [...] com o regime paternalista do Dr. Salazar que o parentesco é mais estreito. Pelo menos se se considerarem os objectivos expressos pelas duas ditaduras: restauração das estruturas de enquadramento e das *élites* tradicionais, restabelecimento da ordem moral e do magistério espiritual da Igreja, recusa do modernismo e da civilização industrial, com o que isso implica de desconfiança em relação ao totalitarismo fascista, que é seu produto ideológico, tal como o liberalismo e o socialismo marxista. Em dois pontos, no entanto, a diferença com a experiência lusitana salta aos olhos. Por um lado, visto se aplicar a um país bastante, e não recentemente, industrializado, o itinerário regressivo para o qual Vichy convida os seus adeptos deriva muito mais da utopia. Por outro lado — e este aspecto é determinante —, a *élite* dirigente de Vichy é muito menos homogénea que aquela que preside, desde o início dos anos 30, aos destinos do Estado Novo. O que logo à entrada estabelece um hiato entre o núcleo duro ultra-reaccionário e os outros ins-

⁶⁰ Cf. Pierre Milza, *Les Fascismes*, Paris, 1985, p. 332. Entre as excepções francesas conta-se Roger Bourderon.

⁶¹ Cf. António Costa Pinto, «L'État Nouveau de Salazar et le Régime de Vichy — Problèmes de comparaison», comunicação ao colóquio *Le Régime de Vichy et les Français*, INTP-CNRS, Paris, 11-13 de Junho de 1990 (a sair).

⁶² Cf. René Rémond, *op. cit.*, p. 202.

piradores do poder»⁶³. Posição semelhante foi partilhada por especialistas não franceses, como Robert O. Paxton⁶⁴, e por alguns politólogos e historiadores franceses, que produziram monografias sobre o regime português⁶⁵.

2.4 O ESTADO NOVO E AS DITADURAS AUSTRIACA E DA EUROPA DE LESTE

A ditadura de Dolfuss foi apontada por alguma investigação internacional como bastante comparável à de Salazar, particularmente por aquela que considerou o «clero-fascismo» uma categoria operativa. Tal esforço comparativo não parece, no entanto, ter sido cultivado pela investigação austríaca. O mesmo se poderia dizer da historiografia sobre as ditaduras do Leste europeu. A Áustria constitui um campo privilegiado para a análise do fascismo, já que, caso único, esta conheceu duas ditaduras que se sucederam no tempo, o regime de Dolfuss e o nazismo, cuja componente nativa era também forte.

O debate autoritarismo *versus* totalitarismo parece não ser aqui uma questão meramente académica, ou, pelo menos, não o foi seguramente para os que viveram sob os dois. Ainda que o nazismo austríaco tenha sido algumas vezes considerado um fenómeno exterior e de «ocupação», argumento mais político ou de conveniência internacional que outra coisa, é ponto assente, pela moderna historiografia austríaca, o carácter nativo de ambas as experiências, o que torna legítima a comparação.

Para o que nos interessa, o aspecto central é o regime de Dolfuss-Shuschnigg (1933-38), definido pelos seus opositores da época como «austrofascismo». O debate sobre a sua caracterização não fugiu ao mesmo tipo de referências teóricas presentes na Península Ibérica. Enquanto, para uns, a designação faz sentido, para outros, como Gerhard Botz, a ditadura de Dolfuss «não apresentava os traços essenciais de um regime verdadeiramente fascista; nem se tratava apenas de um estado corporativo no sentido da doutrina social católica. Considerada no momento do seu apogeu, em 1934, esta não era muito mais do que uma tradicional ditadura (implantada a partir) de cima, um Estado autoritário com um verniz fascista e uma pátina corporativa. No plano da tipologia dos regimes políticos, a fundamentação da definição 'austrofascismo' parece bastante dúbia»⁶⁶.

⁶³ Cf. Pierre Milza, *Le Fascisme Français. Passé et Présent*, Paris, 1987, p. 230.

⁶⁴ Cf. o seu «A França de Vichy sob uma perspectiva comparativa», in AA VV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia*, vol. 1, Lisboa, 1987, pp. 49-58.

⁶⁵ Jacques Georget interrogou-se na sua conclusão: «Le salazarisme était un fascisme? La question reste débattue. Les pages qui précèdent justifient à mes yeux une réponse négative. [...] Si par 'fascisme' on entend tout banalement une dictature, alors oui salazarisme était un fascisme; mais du point de vue scientifique, cette assimilation n'offre aucun intérêt. Si l'on cherche à prendre le terme 'fascisme' dans une acception précise, il faut aller au-delà.» Cf. Jacques Georget, *Le Salazarisme. Histoire et Bilan, 1926-1974*, Paris, 1981, p. 301. Ver também o mais recente Jacques Marcadé, *Le Portugal au XX Siècle, 1910-1985*, Paris, 1988. Não constitui objecto deste estudo o comentário a estas obras sobre Portugal, mas convém assinalar que algumas delas contêm imprecisões por vezes importantes.

⁶⁶ Cf. Gerhard Botz, «Fascismo e Autoritarismo in Austria. Heimwehr, nazionalsocialismo e 'austrofascismo'», in Roberto Cazzola e Gian Enrico Rusconi (orgs.), *Il «Caso Austria». Dall «Anschluss» all'era Waldheim*, Turim, 1988, p. 48. Ver também Gerhard Botz, *Krisenzonen einer Demokratie. Gewalt, Streit und Konfliktunterdrückung in Österreich seit 1918*, Francoforte, 1987, pp. 211-236. Para uma introdução às diversas interpretações ver John Rath e Carolyn W. Schum, «The Dolfuss-Schuschnigg Regime: Fascist or Authoritarian?», in Stein U. Larsen et alii (eds.), *Who Were the Fascists. Social Roots of European Fascism*, Bergen, 1980, pp. 249-256.

Por motivos históricos e teóricos, o esforço de comparação foi fundamentalmente exercido na direcção italiana, dada a influência política e financeira do regime de Mussolini na Áustria, que se consubstanciou no apoio aos movimentos fascistas nativos e à implantação do próprio regime ditatorial, no quadro da rivalidade com a Alemanha nazi. Por outro lado, a própria economia e sociedade austríacas, dado o carácter de país menos industrializado da Áustria, com um forte sector agrícola, e o peso cultural do catolicismo, constituíam factores de maior semelhança com a Itália⁶⁷.

Vários factores poderiam aproximar, para efeitos comparativos, os regimes de Dolfuss e Salazar, mas a operação comporta alguns problemas. Alguns são de carácter histórico e referem-se a diferentes situações na esfera da construção do «Estado nacional» e da interferência externa no âmbito do derrube do liberalismo. Subsistem ainda outros, como o das modalidades diversas da formação dos dois regimes e da ruptura com a democracia. As semelhanças sobre as quais se poderia trabalhar seriam mais ao nível do recorte formal do sistema político, da sua legitimação ideológica e do peso central da igreja católica em ambas as ditaduras.

O peso da Igreja católica foi determinante, quer no derrube da democracia, quer na ideologia de ambos, particularmente no carácter corporativo. As duas ditaduras são construídas «a partir de cima», com partidos únicos de vocação e origem semelhantes e com igual desconfiança em relação aos movimentos fascistas nativos, particularmente na Áustria, dado o seu maior peso social e político. Este «a partir de cima» deve ser matizado, já que, enquanto em Portugal a ruptura com a ordem liberal foi clara, na Áustria foi um dos «campos», com representação partidária ainda sob um regime democrático, a «fascizá-lo» a partir do topo.

Estes e outros aspectos não foram ainda alvo de qualquer estudo comparativo, mas, nas tipologias dominantes nos anos 80, a Áustria esteve sempre perto do regime de Salazar⁶⁸.

As ditaduras da Europa de Leste apresentam, em termos de análise e caracterização, problemas análogos (eventualmente agravados) aos que se apresentaram nos casos português e austríaco.

Seria ocioso arriscar um balanço historiográfico, dada a vastidão e o relativo desconhecimento das diversas produções nacionais. Parte da bibliografia citada sobre os regimes ditatoriais do período entre as duas guerras baseou-se, por vezes demasiado, na produção académica de especialistas ocidentais ou exilados. Devem-se aliás a cientistas sociais anglo-saxónicos e da Europa ocidental toda uma série de trabalhos pioneiros⁶⁹.

Não se exagere, no entanto, na ideia de um grande bloqueio político à investigação do tema ou na das condicionantes ideológicas ao seu estudo, até à recente transição para a democracia. Desde o final dos anos 60 que

⁶⁷ Para um esforço semelhante da parte da historiografia italiana ver Enzo Collotti, *op. cit.*, pp. 91-103.

⁶⁸ Nomeadamente nas ensaiadas por Juan L. Linz em *Fascism, Breakdown of Democracy: Authoritarian and Totalitarian Regimes: Coincidences and Distinctions*, mimeo., 1986, pp. 38-45. Debatemos este e outros trabalhos seus mais recentes no estudo *O Salazarismo e o Fascismo Europeu — Perspectivas de Interpretação* (no prelo).

⁶⁹ Para além de muitas monografias, ver alguns trabalhos colectivos ou de síntese, como o já citado de Peter Sugar ou Antony Polonsky, *The Little Dictators. The History of Eastern Europe since 1918*, Londres e Boston, 1975.

emergiu toda uma investigação empírica e comparativa, com um relativo pluralismo interpretativo, ainda que com grandes desigualdades nacionais, parte da qual nem sempre foi integrada no debate internacional⁷⁰. Grande parte dos autores que marcaram no Ocidente o debate interpretativo foram discutidos e incorporados, o binómio autoritarismo-fascismo foi aceite por muitos deles, o conceito de totalitarismo foi utilizado, as limitações de alguns modelos marxistas foram reafirmadas, nomeadamente no que diz respeito às relações entre a estrutura económico-social e os sistemas ditatoriais implantados. Quando lida, verifica-se que parte da produção nativa sobre o fascismo dos anos 70 e 80 chega aos mesmos problemas e a interrogações conceituais semelhantes às da investigação internacional⁷¹.

Deixando por agora de lado o debate sobre a legitimidade de agrupar num bloco todo um conjunto de situações nacionais, políticas e económicas muito diversas, é ponto assente que a maioria dos regimes ditatoriais desta zona da Europa, desde os pequenos países bálticos até aos balcânicos, possuíram grandes semelhanças. Por outro lado, parece também não constituir ponto polémico a sua inserção numa tipologia do fascismo europeu. Qualquer que seja a posição em relação à utilização do conceito, elas estarão sempre mais perto dos seus congéneres do outro extremo da Europa e da Áustria do que do nazismo ou do fascismo italiano. Se excluirmos o curto período de domínio, ainda assim partilhado, da Guarda de Ferro na Roménia, nenhum outro movimento chegou ao poder.

O binómio conceptual fascismo-autoritarismo pôs-se aqui com maior exigência de clareza, pela realidade indesmentível, e por vezes bastante forte, da presença de movimentos fascistas nativos, que atingiram um peso político bem mais importante que os seus congéneres ibéricos, e ainda pela sua (maior ou menor) repressão pelo próprio poder autoritário nascente. Este binómio regimes/movimentos fascistas foi ainda perturbado pela crescente influência externa da Alemanha e da Itália⁷².

Independentemente das especificidades nacionais, alguns traços unificaram a maioria destes regimes. *Todos* eles se implantaram em países da periferia subdesenvolvida da Europa industrializada, com a maioria da população ainda na agricultura. *Todos* eles sucederam a tentativas de democratização, muito incipientes na maioria dos casos. *Todos* eles se edificam com base nas *élites* tradicionais e foram em grande medida uma resposta anti-democratizadora dessas *élites* tradicionais. Como afirma Zarnowski, estes «foram uma nova forma de poder dos velhos círculos e classes dirigentes, e não a de uma nova *élite* fascista do tipo da produzida pelas organizações de massas fascistas em Itália ou na Alemanha»⁷³. Dada a coexistência de

⁷⁰ Ver *Fasismus a Europa. Fascism and Europe*, 2 vols., Praga, 1969-70, produto de um congresso internacional. Como exemplo recente deste esforço, por parte da historiografia polaca, ver Janus Zarnowski (ed.), *Dictatorships in East-Central Europe. 1918-1939*, «Polish Historical Library», n.º 4, Wrocław, 1983.

⁷¹ Cf. Janus Zarnowski, «Authoritarian Systems in Central and South-Eastern Europe (1918-1939). Analogies and Differences», e Franciszek Ryska, «European Fascism. Divergences and Similarities. Prospects of Comparative Research», in Janus Zarnowski (ed.), *op. cit.*, pp. 9-26 e 223-246.

⁷² Sobre as relações entre os dois países fascistas, com maior incidência italiana, e os movimentos e regimes da Europa de Leste ver Jerzy W. Borejsza, *Il Fascismo e L'Europa Orientale. Dalla propaganda all'aggressione*, Roma-Bari, 1981.

⁷³ Janus Zarnowski, «Authoritarian Systems [...]», in *op. cit.*, p. 11.

movimentos fascistas nativos, a investigação tendeu a salientar as diferenças entre a base social dos regimes e a destes movimentos.

O instrumento a que recorreram para derrubar os regimes liberais não deixou de ser o mais clássico: o golpe de estado militar. Por outro lado, o espectro das formas de governo foi diversificado, mas tendencialmente semelhante⁷⁴. Desde algumas ditaduras, como as bálticas, mais institucionalizadas, até algumas com um pluralismo limitado, como a Hungria ou a Polónia até 1935. A Lituânia de Smetona, por exemplo, aproximava-se muito mais dos congéneres ocidentais, nomeadamente do Estado Novo, do que o regime de Pilsudski, na Polónia, que não eliminou integralmente a oposição. Um elemento comum a todos eles foi ainda o da criação a partir de cima de partidos de apoio aos regimes, cuja natureza, base e funções, foram semelhantes aos seus contrapontos austríaco e ibéricos.

Alguns elementos específicos desta região da Europa, cuja importância foi diminuta na crise que presidiu ao ascenso dos regimes congéneres ocidentais, devem, no entanto, ser ponderados. Um deles é o da «questão nacional», que aqui se apresentou de forma bem diferente, e de todos os problemas correlativos, das minorias nacionais, da refundação do Estado Nação, etc. O outro é o da influência externa, no quadro do conflito entre as potências após o Tratado de Versailles.

Debatendo a natureza destes regimes, as historiografias nativas reproduziram o mesmo tipo de interrogações já nossas conhecidas. Não vale a pena repeti-las. Concluindo uma obra colectiva sobre as ditaduras do Leste, Franciszek Ryska propôs mesmo um regresso às origens, afirmando que o pressuposto básico que deveria dirigir a investigação subsequente é o de que «não há fascismo sem fascistas»⁷⁵.

As referências ao Estado Novo foram escassas e não foram ainda realizados trabalhos comparativos sistemáticos entre estes regimes e os ibéricos, ainda que eles sejam sempre citados como os mais próximos das experiências autoritárias da Europa de Leste.

2.5 AS SÍNTESES GERAIS

Grande parte das sínteses produzidas nos anos 80 reflectiram também esta dicotomia fascismo-autoritarismo.

Dois exemplos apenas, vindos de tradições historiográficas diversas. Stephen J. Lee, em *The European Dictatorships*, coloca o Estado Novo no tipo de ditaduras «fundamentalmente não fascistas, apesar de não imunes a influências fascistas ocasionais. Estes eram regimes muito mais tradicionais e faltava-lhes o apoio e a mobilização de massas»⁷⁶. Para a historiografia francesa basta consultar *Les Fascismes*, de Pierre Milza, que apresenta uma versão mais detalhada da mesma posição⁷⁷.

Alguns estudiosos do fascismo, mesmo aqueles que se situaram na defesa de um «fascismo genérico», vieram também consagrar a mesma distinção.

⁷⁴ Excluímos as mudanças introduzidas com a ocupação alemã ou sob sua inspiração directa, a partir de finais dos anos 30.

⁷⁵ Franciszek Ryska, «European Fascism [...]», in *op. cit.*, p. 245.

⁷⁶ Cf. Stephen J. Lee, *The European Dictatorships, 1918-1945*, Londres, 1988, in *op. cit.*, pp. 107-134.

⁷⁷ Cf. Pierre Milza, *op. cit.*, pp. 332 e segs..

Stuart Woolf, por exemplo, numa síntese de 1986, depois de reafirmar as semelhanças e as diferenças entre os regimes ibéricos e os alemão e italiano, igualmente aplicáveis aos casos da Europa oriental, concluiu que, «finalmente, a principal característica distintiva entre regimes autoritários e fascistas na Europa entre as duas guerras foi a relativa ausência, nos primeiros, de planos de agressão expansionista e também a sua realística hostilidade perante o perigo representado pelos movimentos fascistas que encontraram em casa»⁷⁸.

3. CONCLUSÃO

Este breve balanço da investigação mais recente permite concluir que, muito embora perante um progressivo conhecimento empírico do Estado Novo, foram os paradigmas dominantes nos anos 60 que continuaram a acentuar a demarcação do regime de Salazar em relação ao fascismo europeu.

Por outro lado, o predomínio monográfico e a sobre-utilização de um quadro de análise quase exclusivamente nacional vieram evacuar a dimensão comparada e remetê-la, por vezes, para o campo do senso comum, em muitos casos, com uma escassa e intuitiva fundamentação. Cada vez mais dominada por historiadores, esta área de pesquisa, embora absorvendo e testando modelos desenvolvidos pela sociologia e pela ciência política, foi pouco sensível à formulação de novos enquadramentos teóricos sobre o tema do fascismo.

Ao contrário da ideologia espontânea ainda difundida em Portugal, as posições expressas pela maioria da investigação internacional sobre o regime de Salazar derivam, fundamentalmente, de questões teóricas, e não de desconhecimento empírico⁷⁹.

Como ressalta da informação atrás sistematizada, o binómio autoritarismo-totalitarismo, ao nível da organização do sistema político e dos modelos de enquadramento da sociedade, continuou a dominar as atitudes em relação ao regime de Salazar. Abordando a natureza política e social do Estado Novo, quer os politólogos, quer a maioria dos historiadores em debate, tenderam a classificar o regime numa categoria demarcada do fascismo, sendo o paradigma «autoritário» dominante. No caso de alguns historiadores, a utilização de outras designações, eventualmente menos claras, não é significativa, pois elas derivaram da aceitação desta distinção que consideraram operativa. De uma forma ou de outra, algumas «ausências», como a do partido e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendência totalitária, do seu carácter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista, foram os elementos quase sempre apontados como justificação para demarcar o regime de Salazar.

Parece óbvio que, na realidade histórica dos regimes fascistas, este binómio entrou em combinação, mas se esta «tensão essencial» for considerada decisiva para a caracterização, então o Estado Novo de Salazar foi correctamente excluído. Com efeito, uma das suas características distintivas foi

⁷⁸ Cf. Stuart Woolf, «Movimenti e regimi di tipo fascista in Europa», in Nicola Tranfaglia e Massimo Firpo (orgs.), *La Storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea*, vol. 9, Turim, 1986, p. 325.

⁷⁹ Ainda que este não deixe de se verificar em certos casos, por vezes de forma chocante.

justamente a ausência da tensão totalitária ou, para citar Philippe Burrin, «da tradução em actos de uma vontade de mobilização total da sociedade segundo uma ideologia exclusiva»⁸⁰. Repare-se, aliás, que mesmo aqueles que negam a validade deste binómio reconheceram sempre esta ausência no caso português. Mas a interrogação conceptual que se impõe — e não apenas o propósito do regime de Salazar — é a de se não devemos voltar a incluir outras variáveis que, aliás, preocuparam bastante os analistas seus contemporâneos⁸¹.

Após o inegável esforço analítico dos anos 60, a natural prudência imperou. Mais citada que cultivada, a história comparada dos regimes autoritários e fascistas não conheceu grandes avanços nos últimos anos⁸². Mas o salutar retorno às fontes, que determinou grande parte do esforço da investigação dos anos 80, terá, no entanto, de não iludir o indispensável repensar teórico e interpretativo.

⁸⁰ Philippe Burrin, «Politique et société: les structures du pouvoir dans l'Italie et l'Allemagne nazie», in *Annales ESC*, Maio-Junho de 1988, n.º 3, p. 617.

⁸¹ Ver, como esforço recente de repensar a tensa, mas indissociável, relação entre fascismo e conservadorismo, Martin Blinkhorn (ed.), *Fascism and Conservatives*, Londres, 1990.

⁸² Sublinhe-se «regimes», já que o estudo comparado dos movimentos fascistas conheceu, em minha opinião, avanços significativos, bem visíveis na abundante bibliografia produzida nos últimos anos. Ver, como exemplo recente, o excelente estudo de Emilio Gentile *Storia del Partito Fascista, 1919-1922. Movimento e Milizia*, Roma-Bari, 1989.